



VII Colóquio Internacional São Cristóvão/SE / Brasil
"Educação e Contemporaneidade" 19 a 21 de setembro de 2013
ISSN 1982-3657



POLÍTICAS PÚBLICAS E FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: O CASO DO MUNICÍPIO DE ARAÇAJU

Lauro Pires Xavier Neto[i]

Eixo Temático: 1. Educação e Políticas públicas

RESUMO

Neste artigo fizemos uma análise sobre o Financiamento da Educação Básica a partir de um viés crítico discutimos a realidade educacional e apontamos o caráter de dependência com os ditames dos organismos públicos como um dos gargalos do crescimento econômico e educacional registrado nos resultados pífios dos fundos públicos de financiamento e apontamos que estas políticas não ampliam os recursos da educação e de tais políticas. Também analisamos como se dão os repasses constitucionais vinculados à Educação Básica em educação realizados pela Prefeitura de Aracaju e verificamos que parte dos recursos está sendo destinada

Palavras-chave: Financiamento da Educação; Fundos Públicos; Educação Básica.

ABSTRACT

In this article we analyzed on Financing of Basic Education from a critical bias of public policies. Initially we point the character of dependence to the dictates of international organizations. Aim to public debt as one of the causes of the low level of education and education of poor results recorded in education indicators. Analyzed public funds financing and point to the lack of education resources and present structural problems such policies. We also analyze how to give the correct financing to Education public. Researched the commitments to education made by the city of Aracaju and how much is allocated to the private sector.

Keywords: Education Funding, Public Funds, Basic Education.

INTRODUÇÃO

A realidade educacional brasileira mostra-se repleta de problemas e incongruências em relação à ação efetiva, a baixa posição do Brasil nos exames de avaliação internacional, como no caso do PISA, dos resultados pífios no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e dos recentes dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica que colocaram à educação como o fator de rebaixamento do índice geral nos estados e municípios (dados de pesquisa organizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) a defasagem no processo educacional a partir da raiz do problema, estabelecer relações e nexos com as condições econômicas e as políticas públicas voltadas para a educação.

Para Mészáros (2005, p.25):

Poucos negariam hoje que os processos educacionais e os processos sociais são intimamente ligados. Conseqüentemente, uma reformulação significativa da

correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais (vitalis e historicamente importantes funções de mudança.

A verdadeira mudança educacional, portanto, e para além dos índices predominantemente quantitativos de mudanças sociais mais abrangentes, rompendo com a lógica do capital no tocante à educação (Cf. MÉSZÁRO:

Inegável que a pretensão política de transformação mais ampla requer um esforço hercúleo de mobilização dos problemas, sociais e educacionais, da realidade brasileira. Partimos da premissa que “as ideias da classe ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua ENGELS, 2007, p. 47) e para que possamos alterar tal realidade é preciso engajamento político para a estabelecidas, fato esse que só será consumado ao passo que compreendermos as dimensões sociais e educa

Para além da compreensão da educação como mera reprodução do sistema capitalista, apesar da mes processo dialético aponta contradições dentro do sistema e dos processos educacionais que podem ensej educação a favor de projetos políticos de mudança social.

Ou seja,

Se (...) os elementos progressistas da educação formal forem bem sucedidos em orientado em direção à perspectiva de uma alternativa hegemônica à ordem contribuição vital para romper a lógica do capital, não só no seu próprio e mais sociedade como um todo. (MÉSZÁROS, 2005, p. 59)

Necessário, então, compreender a lógica atual da organização da política educacional brasileira em seus asç projetos, programas e do financiamento da educação, para assim, podermos ter ferramentas necessárias façam o enfrentamento com as políticas atuais e que estas ferramentas sirvam de base para a organizaç ampliação de sua capacidade crítica.

O GARGALO DA DÍVIDA PÚBLICA

O coordenador-geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara, escreveu um artigo em Qualidade (CAQi) (CARA, 2013). Cara afirmou que de cada R\$ 1 aplicado do Fundo de Manutenção e Deser Valorização do Magistério (FUNDEB) pelos Estados e Municípios, a União injeta apenas R\$ 0,10. Diz ainda que se arrecada no país e estima que seriam necessários R\$ 0,50, a cada R\$ 1 investido em educação, por ç viabilizar o CAQi.

A partir desta análise diz que se essa medida tivesse sido posta em prática em 2012 a União teria investido c invés de R\$ 9,5 bilhões. Na verdade o Orçamento Geral da União de 2012 apontou o valor de R\$ 10.571. valor aumentou para 10.745.889.355, enquanto isso a receita de 2012 esteve no patamar de R\$ 2.1 2.276.516.541.532,00.

Por outro lado o Governo Federal, em 2012, estimou no Orçamento Geral da União R\$ 655.485.955.671,00 ç da dívida pública federal, em 2013 esse valor está estimado em R\$ 610.065.700.590,00. Esta aparente redi pelo Governo Federal, como pode ser visto no texto do **Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - PL** do setor público manteve trajetória descendente, caindo de 36,4% do PIB em 2011 para 35,2% em 2011 (si 2013). O mesmo documento aponta que a meta de superávit primário para 2014 está orçada em R\$ não-financeiro, ou seja, 3,1% do PIB e que deve se manter até 2016.

Quando falamos em aparente redução da dívida pública deve-se ao fato de o Governo Federal apresentar v: nominais, fazendo com que esse montante em 2013 possa chegar à cifra de R\$ 900 bilhões, além disso, “Ta Cidadã têm denunciado graves distorções na apresentação dos dados oficiais” e “De todo esse processo (recursos públicos por meio da dívida pública – interna e externa – resta uma grande certeza: os detentores auferem, no Brasil, os maiores lucros do mundo” (FATTORELLI, p. 49, 2012).

Para Fattorelli (idem) o estoque da dívida brasileira alcançou R\$ 3.228.167.962,24, o que corresponde a

apresentados pelo Governo Federal no texto do PLDO 2014. Enquanto isso os dados, de 2011, da Auditoria (2,99% do orçamento federal foram em investimento em educação enquanto que 45,05% foram destinados p

Os dados do Governo Federal são esperançosos, os Parâmetros Macroeconômicos Projetados estimam um cr 5% em 2015 (segundo o Governo Federal devido às obras da Copa do Mundo) e 4,5% em 2016, mantenc com as projeções da SELIC em 7,28% em 2014, 7,19% em 2015 e 7,22% em 2016.

O cenário é o mesmo, não existe nenhum sinal de mudança na política do Governo Federal e até mesmo superávit primário para o PAC (R\$ 67 bilhões para 2014) e desonerações tributárias, não apontam para mu crescimento sustentado com inclusão social”, apresentado nas Metas 2014-2016 não traz uma linha seque saúde, muito menos sobre o FUNDEB. As palavras-chave são consumo, crédito, dívida e superávit, por iss Nacional de Educação (2011-2020), que se arrasta no Congresso Nacional, possa de fato transformar a realid

POLÍTICAS DE FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

As políticas de financiamento da educação estatal no Brasil historicamente enfrentam problemas oriunde política, caracterizada “pelo forte patrimonialismo dos ocupantes de cargos públicos, autoritarismo exacer das classes populares e médias e sua subordinação aos centros hegemônicos do capitalismo” (DAVIES, 2008,

Apregoado como a panaceia dos males enfrentados pela realidade educacional brasileira, a política de Fu frente às orientações de organismos internacionais (em especial o Banco Mundial). No caso espe Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), “instituído pela Eme setembro de 1996 e possuiu vigência até o ano de 2006” (AMARAL, 2012, p.131), ao privilegiar apenas Educação de Jovens e Adultos (EJA), reforça a lógica do mercado capitalista dependente das estruturas do legislativa (muito mais do que real) do ensino fundamental deve ser compreendida no contexto das orientações de organismos representativos do capital internacional hegemônico” (DAVIES, 2001, p.15).

O FUNDEF,

apesar de prometer desenvolver o ensino fundamental e valorizar o recursos novos para o sistema educacional brasileiro como um todo, estadual, entre o governo estadual e os municipais, uma parte dos Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) antes da criação d matrículas no Ensino Fundamental Regular (EFR) das redes do ensino e p.25)

Ou seja, desde 1988 que a Constituição Federal, em seu artigo 212, já previa que os Estados, o Distrito F nunca menos de 25% da receita resultante de impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, assi “se limitaram, no entanto, a regular a aplicação de recursos já vinculados, não prevendo novas formas de rec

A lógica, de supremacia do mercado e dependência político-econômica, permaneceu posteriormente com a i Médio através do FUNDEB, instituído, através de Medida Provisória (MP) em 2006, com vigência até 2020, p civil organizada em incluir as creches na proposta do FUNDEB, a partir da decisão do Governo Federal, via Mi PEC n. 415 só contabilizava a pré-escola, mas o substitutivo aprovado pela Câmara dos Deputados em jar pressão de um conjunto de entidades” (DAVIES, 2008, p. 37).

Apesar da ampliação do universo de estudantes e da tentativa de equacionar os problemas do FUNDEF, c recursos. Mesmo com a inclusão de outros impostos (para além daqueles já previstos no FUNDEF) o Fundo de cálculo de repasse a partir das matrículas dos alunos (excluindo nos municípios as matrículas no Ensino Educação Infantil) e assim redistribui 20% boa parte dos recursos já vinculados desde a Constituição de 19 apenas mais uma proposta de racionalização dos gastos públicos segundo uma lógica quantitavista e : recursos são suficientes porém mal distribuídos entre os governos” (DAVIES, 2008, p. 9).

Outro ponto que podemos citar como elemento de debilidade da política de financiamento da educação pública social. Inúmeros casos de desvio de recursos, maquiagem na contabilidade, pouca participação da população no Acompanhamento e Controle Social (CACS), fragilizam ainda mais as políticas educacionais. Controle Social cidadão na gestão pública, na fiscalização, no monitoramento e no controle das ações da Administração, mecanismo de prevenção da corrupção e de fortalecimento da cidadania” (CGU, 2012, p. 16).

Mesmo com a criação dos CACS, previsto desde a implantação do FUNDEF, a participação popular na fiscalidade consegue, na maioria dos estados e municípios, influenciar nas políticas públicas, muito menos combates contábeis, muitas vezes com a anuência dos Tribunais de Contas. Davies (2008) relata casos de governos em educação e no ano seguinte cancelam, sem realizar efetivamente a liquidação. Ora “Se o empenho é obrigação propriamente dito. É preciso que a despesa empenhada seja liquidada” (CGU, 2012, p. 21).

É importante frisar que os CACS são responsáveis pelos recursos vinculados ao FUNDEB e não representam a maioria nos estados e municípios, não podemos esquecer o salário-educação[ii] e os outros 5% de impostos que neste elo está frágil, no tocante à fiscalização, os demais recursos acabam sendo negligenciados até mesmo remetendo suas atenções quase que exclusivamente para os 60% do FUNDEB, relativo ao montante que deve ser pago dos salários.

Por isso, os estudos sobre as receitas e despesas da educação nos estados e municípios são imprescindíveis para os profissionais da educação. Neste sentido, realizamos uma pesquisa no município de Aracaju/SE, a fim de verificar a educação cujos resultados serão apresentados a seguir.

O MUNICÍPIO DE ARACAJU/SE

O município de Aracaju está localizado na mesorregião leste sergipana e segundo dados do IBGE (Censo 2010) IDHM, divulgado em 2013, da cidade é de 0,770 considerado alto e o IDHM Educação está em 0,708, dos municípios de Sergipe que estão no patamar baixo, como por exemplo, Tomar do Geru/SE que tem o IDH Educação 0,432 extremo de referência em educação com um índice de IDHM Educação em 0,376.

Com relação às matrículas da Educação Básica, Aracaju/SE, segundo dados do Censo 2012, tinha 6179 matrículas no Ensino Fundamental, 341 matrículas na Educação Especial e no Atendimento Educacional Especial, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e 835 matrículas em Instituições Conveniadas. Como a lógica do FUNDEB é alunos matriculados multiplicado pelo valor aluno ano (dependendo do nível de ensino), a estimativa de recursos é de R\$ 81.617.357,00 para 2013.

A Tabela 01 mostra os recursos repassados pelo Governo Federal em junho de 2013 e o montante acumulado até junho de 2013.

TABELA 01 – Recursos recebidos pelo município de Aracaju/SE 2013

Área	Ação	Linguagem Cidadã	Total em Junho (R\$)	&9660; Acumulado no Ano (R\$)
Encargos Especiais	0045 - Fundo de Participação dos Municípios - FPM (CF, art.159)	FPM - CF art. 159	14.665.859,39	90.221.968,36
Encargos Especiais	0C33 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB	FUNDEB	4.032.492,24	24.850.139,51
Encargos Especiais	0548 - Transferências de Cotas-Partes dos Royalties pela Produção de Petróleo e Gás Natural (Lei nº 9.478, de 1997)	Royalties	1.380.146,84	14.190.118,50

	1997 - Art.48)			
Saneamento	10S5 - Apoio a Empreendimentos de Saneamento Integrado em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento		1.372.131,29	6.009.381,27
Educação	0515 - Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica	PDDE	123.956,00	2.210.109,60
Encargos Especiais	0369 - Transferência da Cota-Parte do Salário-Educação (Lei nº 9.424, de 1996 - Art. 15)	Cota-parte dos Estados e DF do Salário-Educação	277.245,06	1.538.080,88
Encargos Especiais	0551 - Transferências do Fundo Especial dos Royalties pela Produção de Petróleo e Gás Natural (Lei nº 7.525, de 1986 - Art.6º)	Royalties	224.515,66	1.535.275,41
Educação	8744 - Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica		367.870,00	1.338.830,00
Ciência e Tecnologia	2095 - Fomento a Projetos de Implantação e Recuperação da Infraestrutura de Pesquisa das Instituições Públicas (CT-Infra)	CT-INFRA	0,00	1.064.232,10
Agricultura	116Z - Apoio à Ampliação, à Revitalização e à Modernização da Infraestrutura Física das Organizações Estaduais de Pesquisas Agrícolas – OEPAS	Modernização de unidades estaduais de pesquisas Agropecuária	0,00	569.664,00
Saneamento	10SG - Apoio a Sistemas de Drenagem Urbana Sustentável e de Manejo de Águas Pluviais em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico		409.183,96	409.183,96
Encargos Especiais	099B - Transferência a Estados, Distrito Federal e Municípios para Compensação da Isenção do	Transferências - LC n.º 87/96 e	28.643,52	171.861,13

	ICMS aos Estados Exportadores - (art. 91 ADCT)	115/2003		
Encargos Especiais	0999 - Recursos para a Repartição da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis	CIDE - Combustíveis	0,00	32.844,46
Encargos Especiais	006M - Transferência do Imposto Territorial Rural	Transferência - ITR – Municípios	65,40	869,68

Fonte: Portal da Transparência do Governo Federal (2013)

Verifica-se que o segundo maior repasse acumulado no ano de 2013 é relativo ao FUNDEB, com mais de um milhão de reais, sendo este repasse destinado ao município de Aracaju/SE. Verificamos também na tabela acima os recursos oriundos do Programa Dir Salário-educação e Apoio à Alimentação Escolar Básica.

Na Tabela 02 é possível visualizar especificamente os recursos do FUNDEB do ano de 2013, nos meses de janeiro a dezembro.

Tabela 02 - Origens do FUNDEB do município de Aracaju (2013)

Mês	FPE	FPM	IPI-EXP	ICMS	Complementação União	Lei Complementar N° 87	ITR	Total
01	2.935.614,91	1.105.095,83	2.495,49	2.995.492,58	0,00	0,00	633,37	6.039.236,18
02	3.949.555,88	1.485.438,91	1.916,11	2.253.606,63	0,00	0,00	115,12	7.690.516,52
03	2.274.650,87	853.067,25	1.691,52	2.194.547,74	0,00	0,00	238,57	5.323.388,16
04	2.440.649,11	915.321,92	1.551,03	1.999.217,11	0,00	19.830,30	263,75	5.357.572,12
05	3.506.881,02	1.315.193,24	2.085,66	2.779.078,59	0,00	4.957,56	399,85	7.604.496,27
06	2.925.764,75	1.099.384,48	2.172,27	2.448.304,83	0,00	4.957,56	213,18	6.470.593,97
07	1.289.300,36	483.529,11	1.907,73	1.261.980,47	0,00	0,00	62,89	3.035.778,56
	19.322.416,90	7.257.030,74	13.819,81	15.932.227,95	0,00	29.745,42	1.926,73	44.252.161,85

Fonte: FNDE, 2013

Nota-se que não há repasse de recursos federais a partir da Complementação da União, pois o arrecadado (no geral) consegue suprir o montante vinculado às matrículas de alunos da Educação Básica, ou seja, não nas contas dos municípios de Sergipe.

Se compararmos os recursos do FUNDEB da Tabela 01 com a Tabela 02 verificamos que os R\$ 24 milhões oriundos do repasse do Fundo de Participação dos Estados (FPE), do Fundo de Participação dos Municípios Industrializados IPI-EXP, Lei Complementar número 87 (referente à desoneração de impostos) e do Imposto sobre o Produto (e ao Governo Estado de Sergipe) apenas os recursos repassados (Tabela 2) pelo Imposto sobre Veículos Automotores (IPVA) e o Imposto Transmissão *Causa Mortis* e Doação (ITCMD).

ANÁLISE DO FINANCIAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU/SE

Para a realização da análise do financiamento da educação básica pública fizemos um apanhado preliminar na Prefeitura Municipal de Aracaju (PMA), bem como coletamos informações no sítio da Secretaria Municipal de Educação.

Com o intuito de verificar os repasses financeiros para a educação coletamos todos os empenhos realizados em 2013 e até o dia 12 de julho de 2013. A tabela abaixo apresenta os empenhos realizados no período citado.

semelhança, mas ainda precisamos redimensionar a tabela para poder enquadrar alguns itens que ficaram exemplo, "Lavagem de cadeiras".

Coletamos no Portal da Transparência da PMA os empenhos da SEMED de número 653 até o número 92 Salário Educação, FNDE e Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE). Os dados aqui apresentados se MDE, que constituem a maior parte dos empenhos. Os empenhos do FUNDEB foram todos relacionados educação, os empenhos do FNDE a maioria vinculados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNA *Tablets*, formação do ProJovem e materiais pedagógicos para atender o PDDE.

Importante frisar que, infelizmente, o Portal da Transparência da PMA não define as pesquisas por Secretari de despesa, os dados apresentam-se ao contribuinte todos misturados, por data do empenho e não é pos específico para pesquisa desejada. Para verificar, por exemplo, um empenho realizado pela SEMED em jane por página, todos os empenhos de todas as Secretárias ou Órgãos do Governo Municipal, o que pode des acompanhamento dos investimentos de forma transparente.

A Tabela 03 e o Gráfico 01 mostram os vinte e três itens que conseguimos agrupar dos empenhos da SEMED

Tabela 03 – Empenhos MDE da PMA (junho de 2013 e 01 a 12 de julho 2013)

Kit Escolar	R\$ 6.323.490,00
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO	R\$ 2.515.870,24
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DA PARTE PATRONAL	R\$ 2.000.000,00
Vencimentos e Salários	R\$ 1.300.000,00
Locação de veículos	R\$ 1.017.148,28
Demolição e Construção Escola	R\$ 1.000.000,00
Terceirização de Serviços (Limpeza)	R\$ 724.151,20
Material (processamento de dados)	R\$ 670.450,00
Reforma e Ampliação de Escolas	R\$ 516.584,69
Locação de imóvel	R\$ 497.443,58
Repasse Conselhos Escolares	R\$ 460.085,00
Livros e Assessoria Pedagógica Aprende Brasil (Positivo)	R\$ 354.720,00
Estagiários	R\$ 350.000,00
Convênio UFS Orquestra Sinfônica	R\$ 298.554,38
Vale Transporte	R\$ 250.000,00
Cadeiras e Mesas Sofá Armários SEMED	R\$ 190.762,00

AQUIS. DE GÊNEROS ALIMENT	R\$ 138.150,00
JUROS E MULTAS	R\$ 32.735,92
Passagens Aéreas	R\$ 20.000,00
INSCRIÇÕES CONGRESSO	R\$ 6.500,00
Diárias	R\$ 5.500,00
Lavagem Cadeiras	R\$ 595,00
Conserto Micro ônibus	R\$ 407,00

Fonte: Portal da Transparência da PMA (2013)

De maneira preliminar podemos fazer uma análise dos seguintes pontos:

- a. O Governo Municipal investiu no período R\$ 497.443,58 com aluguel de imóveis para atender “as nece prédios escolares quanto para anexos da Secretaria. Os empenhos têm sido realizados para pessoas jurídicas e entidades religiosas. Chama a atenção o aluguel no valor de R\$ 100.000 (Termo aditiv Sociedade Educação Tiradentes, a maior empresa privada de Sergipe que atua no ramo da educação : 13 de junho de 2013 no intuito de atender, provisoriamente, as Escolas Municipais Getúlio Vargas, Olg de cunho religioso como a Igreja Adventista do Sétimo Dia , Igreja Evangélica Independente, Paróquia da Piedade também foram agraciadas com empenhos. Chama a atenção o empenho em nome da Co de Aracaju, que, à princípio, não tem como prioridade qualquer relação com área educacional ou so dos prédios que estejam à serviço da educação do município (mesmo se tratando de anexos da SEMED
- b. Impressiona a quantidade de empenhos para locação de veículos. Um dos empenhos, de R\$ 690.000,0 para atender as necessidades da SEMED, e custou aos cofres públicos R\$ 345,00/dia para um cont momento foi repassado à empresa o valor de R\$ 143.520,00 e alguns outros empenhos chegam ao veículo (aluguel);
- c. A maior parte das diárias repassadas (R\$ 5.000,00) foi utilizada em favor de cinco professoras para pa Internacional de Educação da Bahia no período de 24 a 28 de julho de 2013, evento organizado por com entidades científicas, não há espaço para apresentação de trabalhos e as palestras são vincula palestrantes, por exemplo, é Augusto Cury);
- d. Valor relativamente alto para estágios. De acordo com matéria postada no sítio do Sindicato dos Profis (SINDIPEMA) em 06 de junho de 2013, intitulada “SINDIPEMA participa de reunião na Secretaria de estagiários para assumir o lugar de “professores que se encontram exercendo outras funções, os ced das licenças previstas no artigo 121 do Est (<http://sindipema.org.br/noticia/45/sindipema-participa-de-reuniao-na-secretaria-de-educacao>);
- e. A lógica de parceria da PMA com empresas privadas pode ser reconhecida com o empenho financeiro a Positivo”, empresa que atua na educação privada repassou a PMA “4.800 livros didáticos que compõem no valor de R\$ 73,90 cada, com acompanhamento 32 horas de cursos de metodologia e 12 horas de do empenho foi de R\$ 354.720,00 para estes fins. A PMA repassa a responsabilidade pedagógica discentes a uma empresa privada e vai mais além. Em fevereiro de 2013 a PMA alterou a chamada lei futuros diretores de escolas que realizassem um curso de gestão. Em junho de 2013 a PMA revelou duração de 140 horas e seria coordenado pela Universidade Positivo (UP), com as aulas sendo realiz Pio X e FANESE (duas empresas privadas do ramo da educa (http://www.aracaju.se.gov.br/educacao/act=fixo&materia=curso_de_formacao_em_gestao_escolar); Pedagógica e Liderança; Imersão Cultural; Gestão Sistêmica; Aperfeiçoamento em Docência; Esc caráter alinhado aos interesses da iniciativa privada, além dos palestrantes, todos vinculados

salário-educação (do mesmo valor que o MDE, R\$ 354.720,00) também foram destinados para o S assessoria técnico pedagógico”). Neste caso concordamos com Saviani quando o mesmo diz que é toda tentativa de privatização das formas de execução da política social, exigindo que o Estado a: proibidade, os serviços de interesse público.” (SAVIANI, 2007, pp. 209-210)

- f. Em pleno momento de efervescência nacional da luta por melhorias do Transporte Público, pelo passe transporte para empresas privadas é importante frisar que a PMA empenhou R\$ 250.000,00 ao Sindi Passageiros do Município de Aracaju/SE.
- g. O repasse feito aos Conselhos Escolares atingiu 72 escolas, o maior repasse atingiu o valor de R\$ 13.0 Segundo o que consta no empenho, os repasses obedeceram ao que está previsto no PREFIN (DECR DE 2013). O fato é que o montante empenhado, R\$ 460.085,00, para atender 72 escolas representa das escolas, além de representar a metade do que foi gasto com locação de veículos.
- h. O maior investimento da PMA em educação, nos empenhos avaliados, é relativo a “Kits Escolares” prev repassados à empresa FERGBRÁS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. Um dos detalhamentos é o segu ESCOLAR DO MÓDULO TIPO I (NO VALOR DE R\$ 132,30 CADA) E 3.000 KIT ESCOLAR DO MÓDUL CADA), DESTINADOS AOS ALUNOS da SEMED”. A operação foi realizada por Pregão Eletrônico e fracio

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na realização de um estudo dessa monta verificamos a necessidade premente de organização dos , especialmente os profissionais da educação, no tocante a formação sobre os aspectos vinculados à organiz: financiamento educacional. Conselhos, sindicatos, organizações estudantis, associações de pais e mães, e conhecimentos para ampliar e fortalecer o controle social. Tais conhecimentos podem contribuir com a luta formar gerações que compreendam que nosso sistema político privilegia grupos econômicos e uma política c população.

Esses elementos ficam evidentes quando analisamos os dados coletados. Estes revelaram que, além da vinculados à educação, é preciso que a população participe mais ativamente dos processos deliberativos “democracia representativa”, isto está se configurando como uma luta inglória. Grupos econômicos acal recursos que deveriam fortalecer a educação como um todo, tudo montando com o respaldo da lei.

Inadmissível que as verbas da educação, no caso analisado do município de Aracaju/SE, sejam destinadas quantias vultosas, para além daquelas necessárias para suprir as demandas da Secretaria de Educação. T enfraquecimento de quadros da educação a orientação da Formação de Gestores (e profissionais da educa privada, indo desta maneira, na contramão do processo democrático de formação humana e atendendo o: Comércio (OMC) e do Banco Mundial no sentido de transformar a educação em mercadoria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, Nelson Cardoso Amaral. **Para compreender o financiamento da educação**. Brasília: Liber Livro, BRASIL. Decreto nº 6003. Brasília, 2006.
- CARA, Daniel. À espera do PNE. **Revista Educação**, São Paulo, junho de 2013.
- CGU. **CONTROLE SOCIAL**. Brasília, 2012.
- DAVIES, Nicholas. **O FUNDEF e as verbas da educação**. São Paulo: Xamã, 2001.
- _____. **FUNDEB: a redenção da Educação Básica** São Paulo: Autores Associados, 2008.
- FATTORELLI, Maria Lúcia. **Caderno de Estudos – A Dívida Pública em Debate**. Brasília, 2012. 80p.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

SAVIANI, Dermeval. **Da nova LDB ao FUNDEB**. São Paulo: Autores Associados, 2007.

[i] Doutorando em Educação (UFS). Bolsista da CAPES. Membro do GEPEL/UFS. Email: lauroxavierneto@gma

[ii] **O Decreto nº 6.003 de dezembro de 2006 regulamentou a arrecadação, fiscalização e a colação de grau, conforme o artigo 212 da Constituição Federal de 1988.** (BRASIL, 2006).